



Demonstrativos Contábeis – 2025



CONSELHEIROS

Carlos Thompson Costa Fernandes
Presidente

Antônio Ed Souza Santana
Vice-Presidente

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

Paulo Roberto Chaves Alves

George Montenegro Soares

Renato Costa Dias

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Marco Antônio de Moraes Rego Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Marise Magaly Queiroz Rocha

DIRETOR DE RECURSOS E FINANÇAS

Ricardo Henrique da Silva Câmara

COORDENADORA ADMINISTRATIVA

Joyce Cunha de Aguiar



SUMÁRIO

Apresentação

Relação das Unidades Gestoras

Base de Preparação dos Demonstrativos

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Demonstrativos Contábeis 2025

1. Balanço Orçamentário – Quadro Principal
 - a. Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados
 - b. Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados
2. Balanço Financeiro – Quadro Principal
3. Balanço Patrimonial – Quadro Principal
 - a. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
 - b. Quadro das Contas de Compensação
 - c. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro
4. Demonstração das Variações Patrimoniais – Quadro Principal
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro Principal
 - a. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
 - b. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
 - c. Quadro de Juros e Encargos da Dívida
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Quadro Principal
7. Notas Explicativas
 - Nota 01 – Déficit Orçamentário
 - Nota 02 – Detalhamento das despesas intraorçamentárias
 - Nota 03 – Detalhamento de créditos adicionais abertos
 - Nota 04 – Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito e fonte de recursos
 - Nota 05 – Procedimentos relacionados aos restos a pagar inscritos em 2025
 - Nota 06 – Receitas Ordinárias
 - Nota 07 – Receitas Vinculadas
 - Nota 08 – Transferências Financeiras Recebidas
 - Nota 09 – Créditos a Curto Prazo
 - Nota 10 – Estoques



Nota 11 – Bens Móveis

Nota 12 – Bens Imóveis

Nota 13 – Softwares

Nota 14 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Nota 15 – Apuração de Resultado do Exercício

Nota 16 – Atos Potenciais Ativos

Nota 17 – Superávit/Déficit Financeiro

Nota 18 – Dívida Ativa Não Tributária

Nota 19 – Remuneração das Disponibilidades

Nota 20 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Nota 21 – Outras Receitas Derivadas e Originárias

Nota 22 – Transferências Correntes Recebidas



LEGENDA

COR	DESCRIÇÃO
	Ajustes de Exercícios Anteriores
	Despesas com Pessoal
	Despesas Empenhadas
	Informações relativas à execução dos Restos a Pagar 2024
	Informações relativas à execução dos Restos a Pagar 2025
	Receitas Correntes
	Remuneração das disponibilidades
	Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa
	Saldo de Exercício Anterior - Superávit Financeiro
	Total do Patrimônio Líquido
	Transferências financeiras recebidas
	Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária



APRESENTAÇÃO

Criado em 20 de novembro de 1957 através da Lei nº 2152, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN é um órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização da administração financeira do Estado, especialmente na execução do orçamento.

O TCE/RN é composto por 07 (sete) conselheiros de contas e tem sua sede na cidade do Natal, competindo-lhe a atividade de controle externo, a qual compreende, dentre outras funções estabelecidas pela Lei orgânica do Órgão (LC RN nº 464, de 05 de janeiro de 2012), a emissão de pareceres prévios sobre as contas anuais da administração direta e indireta do Estado e dos municípios do Rio Grande do Norte, bem como a apreciação e julgamento das mesmas.

O Tribunal de Contas do Estado tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas a sua competência.

Conforme estabelece o artigo 1º da Constituição Estadual, o controle externo é exercido pela Assembleia Legislativa com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a quem cabe julgar as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos estaduais e municipais, assim como as contas de qualquer pessoa física ou jurídica que ocasionar perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao erário.

Para a prestação do apoio técnico e para a execução dos serviços administrativos, o TCE conta com três secretarias: Secretaria de Administração, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e Secretaria de Controle Externo, as quais subdividem-se em diretorias para execução de suas funções.

RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG
02.101	Tribunal de Contas do Estado
02.131	Fundo de Reparelhamento e Aparelhamento do TCE



BASE DE PREPARAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do TCE/RN contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social referente ao exercício de 2025, encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Todos os balanços e demais demonstrações foram extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, portanto foram elaborados:

1. Balanço Orçamentário
2. Balanço Financeiro
3. Balanço Patrimonial
4. Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP
5. Demonstração de Fluxos de Caixa
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As notas explicativas, ora apresentadas, foram produzidas com referências cruzadas de valores, identificados por sinalizações de cores, para facilitar a checagem de valores que se repetem em mais de um demonstrativo. E com notas numeradas, que correspondem aos esclarecimentos da identificação numérica que consta na coluna - NE (notas explicativas) dos respectivos quadros demonstrativos.

Os procedimentos adotados para apuração dos resultados do exercício de 2025, bem como a elaboração dos demonstrativos contábeis do exercício, foram respaldados pelas normas que regem a Contabilidade Pública no Brasil, quais sejam:

- Lei 4.320/64, de 17 de março de 1964;
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 11ª Edição; e,
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.

O orçamento do TCE/RN, aprovado pela Lei 12.047 de 28 de janeiro de 2025 (LOA 2025), adota o regime orçamentário previsto no que dispõe o art. 35 da Lei 4.320/1964, sendo regime de caixa para as receitas e competência para as despesas (empenhos legalmente realizados).



Quanto ao critério de classificação das despesas, foram seguidas as orientações contidas nos arts. 12 e 13 da Lei 4.320/1964. Estando, ainda, o orçamento do Tribunal de Contas do RN distribuído em duas unidades gestoras:

- UG 02.101 – Tribunal de Contas do Estado: Orçamento total previsto R\$ 171.160.000,00, sendo R\$ 156.535.000,00 (fonte 0.500) e R\$ 14.625.000,00 (fonte 0.501), e,
- UG 02.131 – Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do TCE: Orçamento total previsto R\$ 2.923.000,00, sendo R\$ 65.000,00 (fonte 501) e R\$ 2.858.000,00 (fonte 0.759).

CATEGORIA ECONÔMICA	UG 02.101 - TCE		UG 02.131 - FRAP	
	FONTE 500 (100)	FONTE 501 (190)	FONTE 501 (190)	FONTE 759 (150)
31	R\$ 108.246.000,00	R\$ 2.676.000,00	-	-
33	R\$ 39.568.000,00	R\$ 610.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 1.858.000,00
44	R\$ 8.721.000,00	R\$ 11.339.000,00	-	R\$ 1.000.000,00
SUBTOTAL	R\$ 156.535.000,00	R\$ 14.625.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 2.858.000,00
		R\$ 17.548.000,00		
TOTAL GERAL	R\$ 174.083.000,00			



DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS 2025

1. Balanço Orçamentário

Quadro Principal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TRIBUNAL DE CONTAS					
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64					
Período: Janeiro a Dezembro de 2025					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	06-07	17.548.000,00	17.548.000,00	10.356.415,80	(7.191.584,20)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		-	-	1.870,63	1.870,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL		5.249.000,00	5.249.000,00	8.284.377,13	3.035.377,13
RECEITA AGROPECUÁRIA		-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.299.000,00	12.299.000,00	2.070.168,04	(10.228.831,96)
RECEITAS DE CAPITAL (II)		-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS		-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		17.548.000,00	17.548.000,00	10.356.415,80	(7.191.584,20)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		17.548.000,00	17.548.000,00	10.356.415,80	(7.191.584,20)
DÉFICIT (VI)	01			145.415.740,26	
TOTAL (VII) = (V + VI)		17.548.000,00	17.548.000,00	155.772.156,06	(7.191.584,20)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

(R\$)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		153.023.000,00	151.767.351,58	142.647.863,24	138.499.452,97	138.222.770,64	9.119.488,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		110.922.000,00	106.422.000,00	103.494.785,90	103.453.077,03	103.234.865,31	2.927.214,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		42.101.000,00	45.345.351,58	39.153.077,34	35.046.375,94	34.987.905,33	6.192.274,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		21.060.000,00	22.315.648,42	13.124.292,82	7.224.655,64	7.224.655,64	9.191.355,60
INVESTIMENTOS		21.060.000,00	22.315.648,42	13.124.292,82	7.224.655,64	7.224.655,64	9.191.355,60
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	04	174.083.000,00	174.083.000,00	155.772.156,06	145.724.108,61	145.447.426,28	18.310.843,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		174.083.000,00	174.083.000,00	155.772.156,06	145.724.108,61	145.447.426,28	18.310.843,94
SUPERÁVIT (XIV)		-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		174.083.000,00	174.083.000,00	155.772.156,06	145.724.108,61	145.447.426,28	18.310.843,94
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

(R\$)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (b)				
DESPESAS CORRENTES	05	-	1.079.925,44	684.590,83	684.590,83	395.334,61	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-	12.520,74	12.520,74	12.520,74	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		-	1.067.404,70	672.070,09	672.070,09	395.334,61	-
DESPESAS DE CAPITAL	05	-	516.609,49	299.399,49	299.399,49	217.210,00	-
INVESTIMENTOS		-	516.609,49	299.399,49	299.399,49	217.210,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
TOTAL	05	-	1.596.534,93	983.990,32	983.990,32	612.544,61	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

(R\$)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (b)			
DESPESAS CORRENTES	05	-	147.293,36	147.293,36	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-	145.959,36	145.959,36	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		-	1.334,00	1.334,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	05	-	10.984,00	10.984,00	-	-
INVESTIMENTOS		-	10.984,00	10.984,00	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-	-	-	-
TOTAL	05	-	158.277,36	158.277,36	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



2. Balanço Financeiro

Quadro Principal

(R\$)

BALANÇO FINANCEIRO - TRIBUNAL DE CONTAS			
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64			
Período: Janeiro a Dezembro de 2025			
Ingressos	NE	Exercício Atual	Exercícios Anteriores
Receita Orçamentária (I)	06-07	10.356.415,80	7.265.957,82
Recursos Não Vinculados	06	5.657.066,40	4.108.476,12
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	07	4.699.349,40	3.157.481,70
Demais Vinculações Legais		4.699.349,40	3.157.481,70
Recursos Vinculados ao RPPS		-	-
Recursos Vinculados ao RPPS		-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)		157.281.734,88	126.112.393,53
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	08	154.571.172,80	125.760.844,95
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		2.710.562,08	351.548,58
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		-	-
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		-	-
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras		-	-
Desbloqueios de Valores em Caixa		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		40.250.113,71	24.775.504,67
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	05	10.048.047,45	1.596.534,93
Inscrição de Restos a Pagar Processados	05	276.682,33	158.277,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		29.925.328,93	23.020.692,38
Outros Recebimentos Extraorçamentários		55,00	-
Saldo do Exercício Anterior (V)		47.766.946,79	45.734.581,97
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		47.766.946,79	45.734.581,97
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
Total (VI) = (I + II + III + IV + V)		255.655.211,18	203.888.437,99



Dispêndios	NE	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VII)	04	155.772.156,06	129.770.135,86
Recursos Não Vinculados		155.772.156,06	129.493.514,44
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		-	276.621,42
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		-	272.000,00
Demais Vinculações Legais		-	4.621,42
Recursos Vinculados ao RPPS		-	-
Recursos Vinculados ao RPPS		-	-
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		4.316.791,18	2.120.366,71
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	08	740.405,72	990.548,39
Transferências Financeiras Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		3.576.385,46	1.129.818,32
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		-	-
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		-	-
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		-	-
Bloqueios de Valores em Caixa		-	-
Pagamentos Extraorçamentários (X)		31.010.713,04	24.230.988,63
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	05	983.990,32	1.222.197,04
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	05	158.277,36	1.652,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		29.868.445,36	23.007.070,29
Restos a Pagar - Retenções a Pagar		-	69,30
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		64.555.550,90	47.766.946,79
Caixas e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	23	64.555.550,90	47.766.946,79
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
Total (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)		255.655.211,18	203.888.437,99

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO ANEXO	NE	Exercício Atual			Exercício Anterior		
		Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Recursos Não Vinculados	06	5.657.066,40	-	5.657.066,40	4.108.476,12	-	4.108.476,12
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	07	4.701.379,37	2.029,97	4.699.349,40	3.160.515,03	3.033,33	3.157.481,70
Demais Vinculações Legais		4.701.379,37	2.029,97	4.699.349,40	3.160.515,03	3.033,33	3.157.481,70
Recursos Vinculados ao RPPS		-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS		-	-	-	-	-	-
Total		10.358.445,77	2.029,97	10.356.415,80	7.268.991,15	3.033,33	7.265.957,82

3. Balanço Patrimonial

Quadro Principal

(R\$)

BALANÇO PATRIMONIAL - TRIBUNAL DE CONTAS			
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64			
Período: Janeiro a Dezembro de 2025			
ATIVO	NE	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		64.555.550,90	47.766.946,79
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	23	64.555.550,90	47.766.946,79
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação		64.555.550,90	47.766.946,79
Bancos Conta Movimento - Demais Contas		775,63	7.412.284,01
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Uso Geral		64.554.775,27	40.354.662,78
Créditos a Curto Prazo		1.176.185,06	33.000.000,00
Créditos de Transferências a Receber	08-09	1.176.185,06	33.000.000,00
Créditos de Transferências a Receber - INTRA OFSS		1.176.185,06	33.000.000,00
Créditos de Transferências a Receber - INTRA OFSS		1.176.185,06	33.000.000,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		35.458,02	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo		35.458,02	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS		35.458,02	-
Outros Créditos a Receber e Valores De Curto Prazo		35.458,02	-
Estoques	10	420.218,60	291.092,76
Almoxarifado		420.218,60	291.092,76
Almoxarifado - Consolidação		420.218,60	291.092,76
=Material de Consumo		274.482,42	161.321,99
=Gêneros Alimentícios		133.695,24	122.456,75
=MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES		12.040,94	7.314,02
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		66.187.412,58	81.058.039,55
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			
Imobilizado		29.304.356,71	23.766.600,89
Bens Móveis		20.006.714,97	13.390.375,21
Bens Móveis - Consolidação		20.006.714,97	13.390.375,21
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas		415.582,17	293.628,33
Bens de Informática		13.974.845,33	7.778.236,67
Móveis e Utensílios		2.818.434,63	2.806.931,12

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

ATIVO	NE	31/12/2025	31/12/2024
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação		703.943,38	644.298,19
Veículos		1.871.033,86	1.714.933,86
Demais Bens Móveis		222.875,60	152.347,04
Bens Imóveis	12	20.353.205,71	20.207.062,30
Bens Imóveis - Consolidação		20.353.205,71	20.207.062,30
Bens de Uso Especial		15.291.200,74	15.291.200,74
Bens Imóveis em Andamento		387.591,47	387.320,00
Demais Bens Imóveis		4.674.413,50	4.528.541,56
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas		(11.055.563,97)	(9.830.836,62)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação		(11.055.563,97)	(9.830.836,62)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	11	(8.679.706,74)	(7.993.208,25)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	12	(2.375.857,23)	(1.837.628,37)
Intangível	13	33.760,94	33.760,94
Softwares		211.595,38	211.595,38
Softwares - Consolidação		211.595,38	211.595,38
=Softwares		211.595,38	211.595,38
(-) Amortização Acumulada		(177.834,44)	(177.834,44)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação		(177.834,44)	(177.834,44)
(-) Amortização Acumulada - Softwares		(177.834,44)	(177.834,44)
TOTAL DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE		29.338.117,65	23.800.361,83
TOTAL DO ATIVO		95.525.530,23	104.858.401,38

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

(R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		219.306,72	147.293,36
Encargos Sociais a Pagar		219.306,72	147.293,36
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União		219.306,72	147.293,36
Contribuições ao RGPS a Pagar		219.306,72	147.293,36
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		57.375,61	10.984,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo		57.375,61	10.984,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação		57.375,61	10.984,00
Fornecedores Nacionais		57.375,61	10.984,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		167.585,87	110.702,30
Valores Restituíveis		167.585,87	110.702,30
Valores Restituíveis - Consolidação		-	55,00
Depósitos não Judiciais		-	55,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS		167.585,87	110.647,30
Consignações		167.585,87	110.647,30
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		444.268,20	268.979,66

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

(R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31/12/2025	31/12/2024
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		95.081.262,03	104.589.421,72
Superávits ou Déficits Acumulados	14	95.081.262,03	104.589.421,72
Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação		(811.414.735,33)	(740.026.907,97)
Superávits ou Déficits do Exercício		(71.163.580,65)	(109.094.704,45)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores		(740.026.907,97)	(631.211.489,08)
Ajustes de Exercícios Anteriores	15	(224.246,71)	279.285,56
Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS		917.274.108,39	852.484.868,26
Superávits ou Déficits do Exercício		64.789.240,13	112.605.084,58
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores		852.484.868,26	739.879.783,68
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União		(10.395.409,58)	(7.597.041,99)
Superávits ou Déficits do Exercício		(2.798.367,59)	(1.732.637,07)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores		(7.597.041,99)	(5.864.404,92)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Município		(382.701,45)	(271.496,58)
Superávits ou Déficits do Exercício		(111.204,87)	(101.506,00)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores		(271.496,58)	(169.990,58)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		95.081.262,03	104.589.421,72
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		95.525.530,23	104.858.401,38

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo Financeiro	23	64.555.550,90	47.766.946,79
Ativo Permanente		30.969.979,33	57.091.454,59
Total Ativo (I)		95.525.530,23	104.858.401,38
PASSIVO			
Passivo Financeiro		10.492.315,65	1.865.514,59
Passivo Permanente		-	-
Total Passivo (II)		10.492.315,65	1.865.514,59
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)		85.033.214,58	102.992.886,79

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Quadro das Contas de Compensação

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2025	31/12/2024
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		1.681.260,00	-
Demandas Judiciais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	318.143,34
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	16	1.681.260,00	318.143,34
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Obrigações Contratuais		-	-
Demandas Judiciais		-	-
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por Fonte

(R\$)

FONTES DE RECURSO	NE	31/12/2025	31/12/2024
0.500 Recursos não vinculados de Impostos	-	1.029.083,39	2.388.866,24
0.501 Outros Recursos não Vinculados	-	30.563.007,16	25.721.782,49
0.704 Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	-	332.408,19	332.408,19
0.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	-	325.000,00	325.000,00
0.759 Recursos vinculados a fundos	-	20.211.830,83	15.531.469,60
4.500 Recursos não vinculados de Impostos - Superávit Financeiro	-	23.000,00	23.000,00
4.501 Outros Recursos não Vinculados- SF	-	1.550.905,68	1.550.905,68
4.704 Transferência da União Ref. a Royalties do Petróleo e Gás Natural- Superávit Financeiro	-	28.000,00	28.000,00
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	17 e 23	54.063.235,25	45.901.432,20

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

4. Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

Quadro Principal

(R\$)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TRIBUNAL DE CONTAS			
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64			
Período: Janeiro a Dezembro de 2025			
ESPECIFICAÇÃO	NE	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		229.468,06	216.309,34
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		229.468,06	216.309,34
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		229.468,06	216.309,34
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		229.468,06	216.309,34
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		8.054.909,07	5.478.153,33
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	19	8.054.909,07	5.478.153,33
Remuneração de Aplicações Financeiras		8.054.909,07	5.478.153,33
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação		8.054.909,07	5.478.153,33
Transferências e Delegações Recebidas		158.157.027,97	126.890.663,27
Transferências Intragovernamentais		158.157.027,97	126.890.663,27
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		154.571.172,80	125.760.844,95
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	08	154.571.172,80	125.760.844,95
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		3.585.855,17	1.129.818,32
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS		3.585.855,17	1.129.818,32
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		7.781,12	5.454,80
Ganhos com Incorporação de Ativos		7.781,12	5.454,80
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos		7.781,12	5.454,80
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação		7.781,12	5.454,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		48.203.146,26	3.812.504,57
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		48.203.146,26	3.812.504,57
Multas Administrativas		47.000.632,59	3.799.611,17
Multas Administrativas - Consolidação		47.000.632,59	3.799.611,17
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		26.273,61	12.893,40
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Consolidação		26.273,61	12.893,40
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos		1.176.240,06	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação		55,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos-Intra OFSS		1.176.185,06	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		214.652.332,48	136.403.085,31

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TRIBUNAL DE CONTAS			
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64			
Período: Janeiro a Dezembro de 2025			
ESPECIFICAÇÃO	NE	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-		
Pessoal e Encargos	-	121.678.442,75	112.340.595,42
Remuneração a Pessoal	-	87.949.702,01	75.356.681,97
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	-	83.081.070,99	72.314.705,29
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	-	83.081.070,99	72.314.705,29
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	-	4.868.631,02	3.041.976,68
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	-	4.868.631,02	3.041.976,68
Encargos Patronais	-	14.147.127,67	10.844.541,50
Encargos Patronais - RPPS	-	11.438.056,52	9.138.756,15
Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	-	11.438.056,52	9.138.756,15
Encargos Patronais - RGPS	-	2.709.071,15	1.705.785,35
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	-	2.709.071,15	1.705.785,35
Benefícios a Pessoal	-	18.201.859,54	16.570.828,35
Benefícios a Pessoal - RPPS	-	18.201.859,54	16.570.828,35
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	-	18.201.859,54	16.570.828,35
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	1.379.753,53	9.568.543,60
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	1.199.797,84	9.451.695,92
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	-	1.199.797,84	9.451.695,92
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	-	179.955,69	116.847,68
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Consolidação	-	39.581,89	41.761,84
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter OFSS - União	-	75.290,44	17.992,92
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter - OFSS-Município	-	65.083,36	57.092,92
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	17.250.612,57	15.501.804,22
Uso de Material de Consumo	-	314.535,66	677.169,58
Consumo de Material	-	314.535,66	677.169,58
Consumo de Material - Consolidação	-	314.535,66	677.169,58
Serviços	-	15.257.193,93	13.305.695,21
Diárias	-	1.163.749,20	924.801,13
Diárias - Consolidação	-	1.163.749,20	924.801,13
Serviços Terceiros - PF	-	2.275.775,55	1.719.792,27
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	-	2.275.775,55	1.719.792,27
Serviços Terceiros - PJ	-	11.817.669,18	10.661.101,81
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	-	11.817.669,18	10.661.101,81
Depreciação, Amortização e Exaustão	20	1.678.882,98	1.518.939,43
Depreciação	-	1.678.882,98	1.518.939,43
Depreciação - Consolidação	-	1.678.882,98	1.518.939,43
Amortização	-	-	34.024,78
Amortização - Consolidação	-	-	34.024,78
Transferências e Delegações Concedidas	-	50.325.855,03	5.301.414,97
Transferências Intragovernamentais	-	50.102.628,63	5.136.952,47
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	740.405,72	990.548,39
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	-	740.405,72	990.548,39
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	-	49.362.222,91	4.146.404,08



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	-	49.362.222,91	4.146.404,08
Transferências Inter Governamentais		15.226,40	-
Transferências Voluntárias		15.226,40	-
Transferências Voluntárias - Consolidação		15.226,40	-
Transferências a Instituições Privadas	-	208.000,00	164.462,50
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	-	208.000,00	164.462,50
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	-	208.000,00	164.462,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	33.088.830,45	88.317,89
Perdas com Alienação	-	82.036,63	84.560,03
Perdas com Alienação de Imobilizado	-	82.036,63	84.560,03
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	-	82.036,63	84.560,03
Perdas Involuntárias	-	588,06	3.757,86
Perdas Involuntárias com Imobilizado	-	588,06	3.757,86
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	-	588,06	3.757,86
Desincorporação de Ativos		33.006.205,76	-
Desincorporação de Ativos - Consolidação		6.205,76	-
Desincorporação de Ativos - INTRA OFSS		33.000.000,00	-
Tributárias	-	61.737,51	114.550,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	47.731,51	105.691,73
Impostos	-	-	12.211,75
Impostos - Consolidação	-	-	12.211,75
Taxas	-	47.731,51	93.479,98
Taxas - Consolidação	-	-	44.739,40
Taxas - Intra OFSS	-	1.610,00	4.327,50
Taxas - Inter OFSS - Município	-	46.121,51	44.413,08
Contribuições	-	14.006,00	8.858,80
Contribuições Sociais	-	14.006,00	8.858,80
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	-	14.006,00	8.858,80
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	1.530.767,15	1.380.165,22
Incentivos	-	-	97.689,60
Incentivos a Ciência	-	-	97.689,60
Incentivos a Ciência - Consolidação	-	-	97.689,60
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	1.530.767,15	1.282.475,62
Multas Administrativas	-	1.677,75	921,15
Multas Administrativas - Intra OFSS	-	1.677,75	921,15
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	1.529.089,40	1.281.554,47
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Consolidação	-	1.529.089,40	1.281.554,47
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - INTRA OFSS	-	-	4.621,42
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	-	223.936.245,46	134.726.848,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	-	(9.283.912,98)	1.676.237,06

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Quadro Principal

(R\$)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - TRIBUNAL DE CONTAS			
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64			
Período: Janeiro a Encerramento de 2025			
ESPECIFICAÇÃO	NE	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		167.962.445,14	133.381.384,68
Receita Tributária		1.870,63	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		229.468,06	216.309,34
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades	19	8.054.909,07	5.478.153,33
Outras Receitas Derivadas e Originárias	21	2.070.168,04	1.571.495,15
Transferências recebidas	22	157.281.734,88	126.112.393,53
Outros ingressos operacionais		324.239,46	3.033,33
Desembolsos		143.645.061,00	129.998.578,39
Pessoal e demais despesas		138.780.748,96	127.710.715,85
Juros e encargos da dívida		-	-
Transferências concedidas		4.540.017,58	2.284.829,21
Outros desembolsos operacionais		324.294,46	3.033,33
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		24.317.384,14	3.382.806,29
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		-	-
Alienação de bens		-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		-	-
Outros ingressos de investimentos		-	-
Desembolsos		7.528.780,03	1.350.441,47
Aquisição de ativo não circulante		7.528.780,03	1.350.441,47
Concessão de empréstimos e financiamentos		-	-
Outros desembolsos de investimentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)		(7.528.780,03)	(1.350.441,47)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		-	-
Operações de crédito		-	-
Outros ingressos de financiamentos		-	-
Desembolsos		-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida		-	-
Outros desembolsos de financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		16.788.604,11	2.032.364,82
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		47.766.946,79	45.734.581,97
Caixa e Equivalente de Caixa Final	23	64.555.550,90	47.766.946,79

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

(R\$)

DESCRIÇÃO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais			
da União		-	-
de Estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		-	-
Intragovernamentais	22	157.281.734,88	126.112.393,53
Outras transferências recebidas		-	-
Total das Transferências Recebidas		157.281.734,88	126.112.393,53
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		-	-
a União		-	-
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		-	-
Intragovernamentais		4.316.791,18	2.120.366,71
Outras transferências concedidas		223.226,40	164.462,50
Total das Transferências Concedidas		4.540.017,58	2.284.829,21

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

(R\$)

FUNÇÃO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Legislativa	-	138.780.748,96	127.710.715,85
Judiciária	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	-
Administração	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-
Assistência Social	-	-	-
Previdência Social	-	-	-
Saúde	-	-	-
Trabalho	-	-	-
Educação	-	-	-
Cultura	-	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-
Urbanismo	-	-	-
Habituação	-	-	-
Saneamento	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-
Agricultura	-	-	-



Organização Agrária	-	-	-
Indústria	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-
Comunicações	-	-	-
Energia	-	-	-
Transporte	-	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-
Encargos Especiais	-	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	-	138.780.748,96	127.710.715,85

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida		-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

(R\$)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TRIBUNAL DE CONTAS Período: Janeiro a Dezembro de 2025										
ESPECIFICAÇÃO	NE	PAT. SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo inicial do exercício anterior (2024)	-	-	-	-	-	-	-	102.633.899,10	-	102.633.899,10
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	279.285,56	-	279.285,56
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/reemissão de ações e cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.676.237,06	-	1.676.237,06
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final do exercício anterior (2024)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial do exercício atual (2025)	-	-	-	-	-	-	-	104.589.421,72	-	104.589.421,72
Ajustes de exercícios anteriores	15	-	-	-	-	-	-	(224.246,71)	-	(224.246,71)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / reemissão de ações e cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	14	-	-	-	-	-	-	(9.283.912,98)	-	(9.283.912,98)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$ por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final do exercício atual (2025)	-	-	-	-	-	-	-	95.081.262,03	-	95.081.262,03

NOTAS EXPLICATIVAS

Balanço Orçamentário

Nota 01 – Déficit Orçamentário

O Balanço Orçamentário do TCE/RN apresenta-se desequilibrado e com déficit orçamentário. Essa condição encontra-se prevista no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 11ª Ed. (pág. 554). Isso ocorre porque o TCE não é agente arrecadador de receitas e recebe recursos por transferência de duodécimo, mas executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e/ou realiza investimentos. Dessa forma, o desequilíbrio não representa irregularidade.

O valor deficitário de R\$ 145.415.740,26 é suprido com os valores dos repasses financeiros recebidos do Poder Executivo, os quais não são receitas do Tribunal de Contas, mas somente do Poder Executivo (Órgão arrecadador), e justificam o equilíbrio da execução orçamentária.

Nota 02 - Detalhamento das despesas intraorçamentárias

De acordo com o MCASP 11ª Ed. (pág. 40), as operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo. Nesse sentido, destacamos abaixo as operações intraorçamentárias ocorridas no TCE/RN durante o exercício de 2025.

Operações Despesas Intraorçamentárias TCE/RN – 2025

Natureza da Despesa / Descrição / Fonte	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
31.91.13 – Obrigações Patronais - Fonte 500	11.438.056,52	11.438.056,52	11.438.056,52
31.91.92 – Despesas de Exerc. Anteriores Fonte 500	0,00	0,00	0,00
33.91.39 – Outros Serv. Terc. – PJ Fonte 500	624,79	624,79	624,79
33.91.47 – Obrigações Trib. E Contrib. Fonte 500	1.610,00	1.610,00	1.610,00
33.91.93 - Indenizações e restituições Fonte 501	0,00	0,00	0,00
Total	11.440.291,31	11.440.291,31	11.440.291,31

Fonte: SIGEF 2025.

Nota 03 - Detalhamento de créditos adicionais abertos

No exercício de 2025 foram abertos créditos adicionais suplementares na Unidade Gestora 02.101 – TCE, todos com recursos provenientes de anulação de dotação, no valor total de R\$ 23.080.163,67. Houve também transposição de recursos no total de R\$ 2.800.000,00.

TIPO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TCE			
	PROCESSO	Data da solicitação	VALOR	
CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	2759/2025	11/08/2025	1.700.000,00	
			4.751.928,53	
		SOMA	6.451.928,53	
	3647/2025	07/11/2025	255.448,42	
		07/11/2025	1.920.858,19	
		11/11/2025	6.000.000,00	
		11/11/2025	2.000.000,00	
		SOMA	10.176.306,61	
	TOTAL 1			23.080.163,67
	CRÉDITO DE TRANSPOSIÇÃO/REMANEJAMENTO/TRANSFERÊNCIA	2759/2025	11/08/2025	2.800.000,00
TOTAL 2		2.800.000,00		
TOTAL 1 + 2			25.880.163,67	

Fonte: SIGEF 2025

Na Unidade Gestora 02.131 – FRAP foram abertos créditos com anulação parcial de recursos no valor de R\$ 1.931.000,00.

TIPO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FRAP		
	PROCESSO	Data da solicitação	VALOR
CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	3499/2025	20/10/2025	1.931.000,00

Fonte: SIGEF 2025

Nota 04 - Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito e fonte de recursos

Categoria Econômica	UG	Fonte	Valor Executado	
31	2.101	0.500	103.494.785,90	R\$ 103.494.785,90
		0.501		
33		0.500	38.653.825,01	R\$ 39.153.077,34
		0.501	499.252,33	
	2.131	0.759		R\$ 0,00
44	2.101	0.500	12.607.648,42	R\$ 13.124.292,82
		0.501	516.644,40	
Total				R\$ 155.772.156,06

Fonte: SIGEF 2025

Balanço Financeiro

Nota 05 - Procedimentos relacionados aos restos a pagar inscritos em 2025

Ao final do exercício 2025 não houve sobra de saldo em restos a pagar de exercícios anteriores. O saldo de restos a pagar oriundo do exercício de 2024 foi integralmente liquidado e pago R\$ 983.990,32 (não processado) e R\$ 158.277,36 (processado), restando cancelado R\$ 612.544,61.

No que tange as novas inscrições de restos a pagar relativos ao exercício de 2025 estão registrados como se segue:

Inscrição de Restos a Pagar Não Processados 2025	-	10.048.047,45
Inscrição de Restos a Pagar Processados 2025	-	276.682,33

Fonte: SIGEF 2025

Nota 06 – Receitas Ordinárias (não vinculadas)

O valor da receita orçamentária ordinária foi de R\$ 5.657.066,40 corresponde à remuneração de recursos da fonte 0.501 destinados ao Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do TCE/RN e ao TCE/RN, bem como às receitas arrecadadas da fonte 501 pelo Tribunal, conforme detalhamento abaixo:



Receita orçamentária Ordinária			2025	
Unidade orçamentária	Fonte de Recurso	Natureza da Receita	Receita Prevista	Receita arrecadada
2101	0.501	1.3.2.1.01.0.1.53 - Remuneração de Dep. Bancários - Recursos Não Vinculados	3.425.000,00	5.363.741,35
2101	0.501	1.3.6.1.01.1.1.01 - Cessão de Direito de Operacionalização de Pagamentos - Executivo e Legislativo	200.000,00	229.468,06
2101	0.501	7.9.2.2.99.0.1.01 - Outras Indenizações - Acordo TCE Duodécimo	11.000.000,00	0
2131	0.501	1.3.2.1.01.0.1.53 - Remuneração de Dep. Bancários - Recursos Não Vinculados	65.000,00	63.856,99
Total			14.690.000,00	5.657.066,40

Fonte: SIGEF 2025

Nota 07 – Receitas Vinculadas

Os valores relativos às receitas orçamentárias vinculadas correspondem a valores arrecadados da fonte 0.759, conforme detalhados a seguir:

Receita orçamentária Vinculada			2025	
Unidade orçamentária	Fonte de Recurso	Natureza da Receita	Receita Prevista	Receita arrecadada
2131	0.759	1.3.2.1.01.0.1.68 - Remuneração de Depósitos Bancários Recursos Vinculados - Fundos Diversos	1.559.000,00	2.627.310,70
2131	0.759	1.6.1.1.02.01.05 - Serviços de Inscrição em Concursos Públicos - Tribunal de Conta	0	0
2131	0.759	1.9.1.1.07.0.1.01 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	457.000,00	1.092.621,10
2131	0.759	1.9.1.1.07.0.3.01 - Multas Aplicadas pelo TCE - Dívida Ativa	842.000,00	510.209,55
2131	0.759	1.9.2.3.02.0.1 - Ressarcimento de Custos - Exercícios Anteriores	0	1.305,00
2131	0.759	1.9.1.1.07.0.1.02 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas FRAP RETENÇÕES	0	112.289,19
2131	0.759	1.9.1.1.07.0.7.01- Dívida ativa - Multa de mora TCE	0	8.223,23
2131	0.759	1.9.1.1.07.0.8.01 - Dívida ativa juros de mora TCE	0	345.193,56
2131	0.759	1.1.2.2.0.20.801 - Emolumentos e custas judiciais - Juros de Mora da dívida ativa	0	1.870,63
2131	0.759	1.9.1.1.0.10.308 - Dívida ativa a multa por infração a legislação ambiental	0	250,02
2131	0.759	1.9.1.1.0.10.808 - Juros de mora - multas prevista legislação de ambiental - Dívida ativa	0	76,39
Total			2.858.000,00	4.699.349,37

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do SIGEF.

*O somatório de R\$ 863.626,34 não corresponde ao total transferido financeiramente para o TCE, mas sim ao total de arrecadações de dívida ativa reconhecido pela Procuradoria Geral do Estado – PGE/RN em nome do TCE. O financeiro efetivamente recebido foi R\$ 846.835,21.

Nota 08 – Transferências Financeiras Recebidas

O valor das transferências financeiras recebidas para a execução orçamentária corresponde ao somatório das transferências recebidas pelo Órgão TCE/RN.



Transferências Financeiras Recebidas para a Execução Orçamentária	Valor R\$
Transferências de Duodécimos Recebidas do Poder Executivo	152.969.948,70
Transferências de Dívida Ativa Recebidas da PGE	846.835,21
Transferências Recebidas para execução orçamentária (anulada com transferências concedidas)	740.405,72
Devolução de suprimento de fundos 2024 não revertida dentro do exercício	13.983,17
TOTAL	154.571.172,80

Fonte: SIGEF 2025

Insta esclarecer que dentre os valores das transferências financeiras recebidas registradas nos ingressos do Balanço Financeiro, as transferências de duodécimos correspondem ao total de R\$ 152.969.948,70. Ao passo que foram também consideradas como transferências recebidas para execução orçamentária, o valor de R\$ 13.983,17, que corresponde a devolução de saldo de suprimento de fundos do exercício de 2024, cuja regularização só foi feita em 2025.

Repasse Poder Executivo – Tribunal de Contas do Estado do RN - Orçamento fonte 0.500

Previsão de Repasses (LOA/RN 2024)	Repasses Recebidos	Diferença
R\$ 156.535.000,00	R\$ 152.969.948,70	R\$ 3.565.051,30

Fonte: SIGEF 2025

A diferença apurada acima corresponde à falta de repasse integral dos duodécimos de 2025, sendo parcialmente amortizada com os saldos de duodécimos dos exercícios anteriores de 2021, 2022, 2023 e 2024, que ainda não havia sido compensada pelo Poder Executivo, no total de R\$ 2.388.866,24. Dessa forma, resta a diferença do repasse de duodécimo do exercício de 2025 a favor do TCE/RN de R\$ 1.176.185,06, valor este que foi registrado no balanço patrimonial em “créditos a receber”.

Orçamento aprovado fonte 500	156.535.000,00
Valores financeiros repassados em 2025	<u>152.969.948,70</u>
Valor de duodécimo não repassado 2025	3.565.051,30
Compensações de repasses de anos anteriores até 2024	<u>2.388.866,24</u>
Valor de duodécimo não repassado 2025 registrado em balanço	1.176.185,06

Balço Patrimonial

Nota 09 – Créditos a Curto Prazo

Foram baixados os créditos a curto prazo correspondes a três parcelas vencidas de 2023, 2024 e 2025, de R\$ 11.000.000,00 cada, no total de R\$ 33.000.000,00, referente ao acordo financeiro pactuado entre o TCE/RN e o Poder Executivo do RN no âmbito do Mandado de Segurança n.º 2017.018173-5 (0008531-53.2017.8.20.0000), o qual foi quitado com o cumprimento integral do Terceiro Termo Aditivo de Transação, datado de 05 de dezembro de 2024, cujo cumprimento se deu com a publicação da LOA de 2025 e inclusão na proposta de Lei Orçamentária Anual de 2026 da última parcela remanescente do Acordo.

Nota 10 – Estoques

O estoque do TCE/RN é reconhecido pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos inerentes à colocação dos bens em condições de uso (fretes, instalações, impostos não restituíveis).

Nesse sentido, a metodologia utilizada para mensurar o saldo final do estoque no exercício, bem como o seu consumo é a do **custo médio ponderado**, tendo sido contabilizado o consumo no período de **R\$ 277.890,36**, registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício.

SALDO INICIAL ESTOQUE BALANÇO	AQUISIÇÕES	CONSUMO	PERDAS	SALDO FINAL 2025
291.092,76	407.016,20	277.890,36	0	420.218,60

Fonte: SIGEF 2025

Importa registrar que não houve perdas de estoque consideradas no exercício. Assim como, não houve, no exercício de 2025, estoques dados como garantia de obrigações.

Nota 11 – Bens Móveis

O ativo imobilizado do Órgão é reconhecido inicialmente por meio do custo de aquisição, considerando as despesas relativas a serviços de instalação, frete, softwares e demais custos necessários para colocar o bem em plenas condições de

uso. Foram adquiridos no exercício de 2025, segundo dados extraídos do Sistema de Gestão de Patrimônio, bens móveis que totalizaram R\$ 7.379.061,69.

Aquisições Bens Móveis 2025

Grupo	Quantidade	Valor
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (telefones e rádios comunicadores)	27	R\$ 34.278,50
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (ar-condicionado, cafeteira e frigobar)	31	R\$ 128.284,80
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (fechaduras digitais, leitor facial e câmeras)	15	R\$ 19.861,29
BENS DE INFORMÁTICA (computadores, monitores, impressoras, tablet e etc)	13	R\$ 6.736.220,20
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO (relógio e fragmentadora)	3	R\$ 2.160,00
MOBILIÁRIO EM GERAL (apoio para pés)	16	R\$ 1.352,80
APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES (laser terapia)	3	R\$ 19.441,00
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	3	R\$ 1.600,00
OUTROS BENS MÓVEIS (carro funcional e compressor)	4	R\$ 53.863,28
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	2	R\$ 272.000,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (nobreak)	100	R\$ 49.900,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (televisão, microfone, suporte pedestal, mesa de som, etc)	13	R\$ 60.099,82
TOTAL	230	R\$ 7.379.061,69

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Patrimônio.

Para o cálculo da depreciação foram definidos os percentuais de depreciação, o tempo estimado de vida útil e o valor residual de cada grupo de bens. E adotado o método linear, que trabalha com um percentual de baixa mensal constante ao longo da vida útil do ativo, respeitado o valor residual de cada bem, conforme dispõe a NBC TSP – 07 – Ativo Imobilizado.

O valor do ativo imobilizado que serve de base para cálculo da depreciação foi extraído do Sistema de Gestão de Patrimônio, em uso neste Tribunal, assim como os valores das quotas de depreciação mensais. As quotas de depreciação

são calculadas sobre o valor de aquisição, a partir do mês seguinte às respectivas datas de aquisição.

Acerca do tempo de vida útil estabelecido para o patrimônio do Órgão, foi utilizado como parâmetro o tempo estabelecido pela Receita Federal do Brasil – RFB através da IN RFB Nº 1700/2017, tendo sido readequado apenas o grupo de Veículos de Tração Mecânica, considerando a realidade de utilização do bem pelo Órgão.

No que diz respeito às taxas de depreciação utilizadas, essas também seguem os critérios definidos pela RFB, com adequações às condições de uso do Tribunal, conforme tabela a seguir:

**Taxa de depreciação dos bens móveis de acordo com Instrução Normativa RFB nº
1700/2017**

Grupo de Material	Valor Residual (%)	Vida Útil	Depreciação (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	10	15	6,67
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	20	10	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10	10
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos	20	15	6,67
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	-	-	-
Coleções e Materiais Bibliográficos	0	10	10
Equipamentos de Processamento de Dados	10	5	20
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10	10
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10	10
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	10	10	10
Instrumentos Musicais e Artísticos	10	20	5
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10	10
Máquinas e Utensílios para Escritório	10	10	10
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10	10
Mobiliário em Geral	10	10	10
Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-	-
Outros Bens Móveis	10	10	10
Veículos de Tração Mecânica	10	10	10
Veículos em Geral	10	15	6,67

Durante o exercício de 2025 houve descarte/doação de bens móveis, todos registrados em processo administrativo no Órgão, de modo que resultou numa baixa total de 261 bens móveis distribuídos nos diversos grupos de bens. Esses 261

itens representam baixa no valor contábil líquido (deduzido a depreciação acumulada desses) de R\$ 99.807,61.

Durante o exercício de 2025, foram incorporados ao patrimônio do TCE 45 (quarenta e cinco) bens, no valor líquido de R\$ 8.881,65, referente ao *Termo de Doação nº 56/2025*. No referido termo de doação constam 47 (quarenta e sete) bens oriundos do convênio com o Governo do Estado - Programa Governo Cidadão, antigo RN Sustentável, todavia *apenas 45 bens foram efetivamente localizados em inventário periódico* do patrimônio deste Órgão após a finalização do convênio.

DESCRIÇÃO	Valor do Termo de Doação Nº 56/2025	Valor Líquido registrado no patrimônio do TCE
Eq. de Áudio, vídeo e fotos	162,24	-
Eq. de Informática	7.351,80	7.363,15
Eq. Energéticos	437,17	-
Mobiliário em geral	1.518,50	1.518,50
TOTAL	R\$ 9.469,71	R\$ 8.881,65

Não há, nas dependências do TCE, bens oriundos de contratos de locação.

No exercício de 2025 não houve *impairment* (testes de recuperabilidade).

Constatamos a existência de 64 (sessenta e quatro) bens do ativo imobilizado em estado de ociosidade ou aguardando laudo da Comissão de Avaliação e Reavaliação de bens patrimoniais. Esses bens estão temporariamente localizados em depósito específico.

Importa registrar que não há ativos imobilizados dados em garantia de obrigações, decorrentes de contratos com contraprestação ou disponíveis para venda.

Por fim, como regra geral, a Comissão de Avaliação e Reavaliação de bens patrimoniais ratificou os valores líquidos (valor de aquisição deduzidas as quotas de depreciação acumulada) apresentados pelo sistema de gestão de patrimônio, os

quais refletem o valor justo do patrimônio do TCE/RN, sendo desnecessária e antieconômica a reavaliação de todos os bens do grupo do imobilizado.

Nota 12 – Bens Imóveis

A última reavaliação dos três bens imóveis de domínio do TCE/RN foi realizada através de uma comissão interna, formada por três técnicos do quadro do Tribunal, composta por: engenheiro, arquiteto e contador, os quais concluíram, em 19.12.2018, o Parecer Técnico de valor de mercado dos bens imóveis do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, seguem ratificados para 2025 os valores de bens imóveis apresentados ao término do exercício de 2018, ficando estes sujeitos à ação depreciativa, conforme regras da organização.

Para depreciação dos bens imóveis utiliza-se, desde o exercício de 2019, o método de depreciação linear, conforme demonstrado abaixo:

Taxa de depreciação dos bens imóveis

Grupo de Material	Valor Residual (%)	Vida Útil	Depreciação a.a. (%)
Edificações	25%	25	4%
Terrenos	-	-	-

Fonte: Sistema de Gestão de Patrimônio.

Valores brutos por conta contábil deduzidos da depreciação acumulada

UO	Conta Contábil	Grupo de Material	Valor Bruto	Depreciação no exercício	Ajuste	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
2101 - TCE	1.2.3.2.1.01.03.01	Edifício Sede	8.740.520,89	262.215,63	139.930,69	1.953.588,80	6.786.932,09
	1.2.3.2.1.01.04.01	Terreno Edifício Sede	5.766.478,15	0,00	0,00	0,00	5.766.478,15
	1.2.3.2.1.06.05.00	Estudos e Projetos	387.591,47	0,00	0,00	0,00	387.591,47
	1.2.3.2.1.99.99.00	Outros Bens Imóveis	4.674.413,50	136.082,54	0,00	422.268,93	4.252.144,57
Total			19.569.004,01	398.298,17	139.930,69	2.375.857,73	17.193.146,28

UO	Conta Contábil	Grupo de Material	Valor Bruto	Depreciação no exercício	Ajuste	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
2131 - FRAP	1.2.3.2.1.01.04.02	Terreno Estacionamento Lateral	784.201,70	0,00	0,00	0,00	784.201,70
Total			784.201,70	0,00	0,00	0,00	784.201,70
TOTAL			20.353.205,71	398.298,17	139.930,69	2.375.857,73	17.977.347,98

Fonte: Sistema de Gestão de Patrimônio.

Vale ressaltar que a conta contábil 1.2.3.2.1.99.99.00 – Outros Bens Imóveis refere-se às reformas e benfeitorias estruturais e por isso seus valores são integrados ao saldo do Imobilizado.

Não houve perdas patrimoniais envolvendo bens imóveis deste Tribunal para o exercício de 2025.

Por fim, importa registrar que existe uma ação judicial de desapropriação executada pela Procuradoria Geral do Estado - PGE RN - em prol da aquisição de um terreno de interesse do TCE/RN, na qual foi consignado em juízo valor de R\$ 1.480.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta mil reais), cujo procedimento interno é tratado no processo nº 9.771/2015-TCE/RN. Este valor não está registrado no patrimônio do Órgão, haja vista não se enquadrar na definição de ativo estabelecida no MCASP, 11ª Ed. (pág. 155), o qual define que “ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado”. E, ainda, como o TCE não possui ação orçamentária para desapropriação, o controle do recurso foi passado para PGE RN, tendo sido feita duas transferências: em 14.07.2015, no valor de R\$ 1.479.554,00 e outra complementar em 10.08.2015 no valor de R\$ 446,00.

Nota 13 – Softwares

Os ativos intangíveis do TCE/RN são reconhecidos de acordo com os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis a um ativo não corpóreo, que serão gerados em favor da entidade.

O valor contábil corresponde ao custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.

Ressalte-se ainda que todos os ativos intangíveis reconhecidos no TCE/RN têm vida útil definida conforme duração dos contratos vigentes.

O método de amortização utilizado no ativo intangível deste Órgão é o método linear, o qual define cotas constantes para amortizar periodicamente esses ativos, conforme o prazo legal ou contratual de uso dos direitos ou em razão da vida útil econômica definida para o bem, deles o menor.

Quadro de amortização dos ativos intangíveis do TCE/RN

Descrição	Data de Aquisição	Unidade Gestora	Vlr Aquisição (a)	Prazo contratual	Término da Vida Útil	Amort. Mensal	Amort. no Exercício 2024 (b)	Amort. Acumulada até 2023 (c)	Amort. Acumulada até 2022	Saldo Líquido (d) = a-b-c
Software de Monitoramento De-fense	25/04/2024	02.101 - TCE	33.760,64	Vitalício	-	-	-	-	-	33.760,64
TOTAL			33.760,64				0,00	0,00	0,00	33.760,64

Fonte: Sistema de Gestão de Patrimônio.

Nota 14 – Apuração de Resultado do Exercício

O resultado acumulado do exercício decresceu R\$ 9.508.159,69, que corresponde:

- Resultado líquido do exercício apurado após o encerramento das variações patrimoniais ativas e passivas foi de R\$ 9.283.912,98 D;
- Ajuste de exercícios anteriores – R\$ 224.246,71 D

Valores detalhados na DVPL – Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido.

Nota 15 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Desde 2018, com a implantação do controle contábil dos bens do TCE/RN, vem-se modificando o saldo do patrimônio imobilizado móvel do Órgão devido a ajustes necessários para adequar a realidade constante no Sistema de Patrimônio à situação no Sistema Contábil, haja vista que esses não são integrados e demandam esforços manuais para que reflitam a mesma informação.



Deste modo, diante da realização do inventário físico permanente no exercício de 2025, alguns ajustes foram necessários por ocasião de localização de bens não encontrados em exercícios anteriores e, por este motivo, não haviam sido contabilizados anteriormente.

Os ajustes patrimoniais de exercícios anteriores foram registrados na conta contábil 2.3.7.11.03 AJUSTE DECORRENTE DE INCORPORAÇÃO/DESINCORPORAÇÃO DE OBRIG. PATRIMONIAIS totalizando R\$ 224.246,71, sendo:

- Unidade Gestora 2101 TCE/RN - R\$ 259.648,64 D
- Unidade Gestora 2131 FRAP - R\$ 35.401,93 C

Nota 16 – Atos Potenciais Ativos

Foi registrado o contrato nº 020/2025 de prestação de serviços financeiros celebrado em 15.10.2025 com o Banco do Brasil (Processo nº 3452/2025-TC), com previsão de remuneração pela centralização dos créditos da folha de pagamento no total de R\$ 1.728.720,00, registrado na conta contábil nº 7.1.1.9.0.00 Outros Atos Potenciais Ativos, para recebimento em 60 meses a partir de novembro/2025 até outubro/2030, com valor mensal proporcional ao número de contas ativas de servidores no Banco do Brasil.

Em 2025, restou saldo líquido de R\$ 1.681.260,00 a ser executado (8.1.1.9.1.00.01) até o término do contrato supramencionado.

Nota 17 - Superávit/Déficit Financeiro

O valor do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial em 2025, que corresponde a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, foi de R\$ 54.063.235,25

Nota 18 – Dívida Ativa Não Tributária

O controle da Dívida Ativa não tributária no TCE/RN a partir do exercício de 2022 passou a ser feito apenas nas contas de controle 7.3.1.1.2.0.1.00 (encaminhamento de créditos para inscrição em dívida ativa não tributária) e 8.3.1.4.2.01.00 (créditos inscritos em dívida ativa), motivo pelo qual não aparece mais no balanço patrimonial.

Em 2025, o valor total informado pela PGE de estoque da dívida ativa do TCE/RN para 2025 foi de R\$ 151.799.370,95, tendo sido arrecadado o total de R\$ 810.257,27 neste mesmo ano.

A mudança quanto à forma de registro contábil da dívida ativa neste Tribunal, que deixou de ser registrado no ativo do Órgão, foi feita sob a orientação da Contabilidade Geral do Estado, após a integração ao SIGEF, a fim de evitar a duplicidade de registro na consolidação das contas no Balanço Geral do Estado e em observância às orientações do Comitê de Procedimentos Contábeis - CPC 00 R2, já que o ativo está sob o controle da PGE.

A movimentação comparativa de estoque da dívida ativa dos anos 2024 e 2025, conforme informações fornecidas pela PGE/RN:

Valores de dívida ativa de longo prazo do TCE/RN

ANO	Tipo de crédito	Saldo Inicial	Novas Inscrições	Apostilamentos	Prescrito	Liquidado	Erros/Cancelados	Arrecadação	Correção	SALDO FINAL
2024	MULTATCE	108.060.541,15	3.016.585,76	-250,79	-4.591.089,20	-2.603,61	-5.024.797,30	-784.749,93	6.231.519,25	106.905.155,33
2025		106.905.155,33	45.760.264,28	-397.030,39	-2.377.698,26	-20.911,17	-4.811.783,68	-810.257,27	7.551.632,11	151.799.370,95

Fonte: Relatório Movimentação Estoque PGE/RN

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 19 - Remuneração das Disponibilidades

O valor de remuneração de disponibilidade de recursos do FRAP, correspondente a soma dos recursos não vinculados (fonte 501) e recursos vinculados

(fonte 759) totaliza R\$ 2.691.167,72; Já a remuneração do TCE é integralmente na fonte 501, no valor de R\$ 5.363.741,35, conforme demonstrado abaixo:

REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	VALOR
Recursos Vinculados FRAP – Fonte 759	2.627.310,73
Outros Recursos Não Vinculados FRAP – Fonte 501	R\$ 63.856,99
Outros Recursos Não Vinculados TCE – Fonte 501	5.363.741,35
TOTAL	R\$ 8.054.909,07

Fonte: Dados extraídos do SIGEF 2025.

Nota 20 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Os valores referentes à depreciação, amortização e exaustão de bens móveis, imóveis e intangíveis ocorridos durante o exercício de 2025 foram devidamente reconhecidos em quota anual como VPD, conforme detalhamento abaixo:

Depreciação, Amortização e Exaustão 2025

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO NO PERÍODO	VALOR
Depreciação bens móveis	1.280.584,81
Depreciação bens imóveis	398.298,17
Amortização intangíveis	0
TOTAL	1.678.882,98

Fonte: Elaboração própria. SIGEF

Demonstração do Fluxo de Caixa

Nota 21 – Outras Receitas Derivadas e Originárias

Os valores registrados na linha “Outras Receitas Derivadas e Originárias” são referentes às receitas de multas diretamente aplicadas pelo tribunal e ao reconhecimento da arrecadação da dívida ativa pela PGE. Além de Indenizações, restituições e ressarcimentos:

OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	VALOR
Multas TCE	1.092.621,10
Multas TCE - FRAP retenções	112.289,19
Dívida Ativa	846.835,21
Dívida Ativa - Diferença repasse PGE	16.791,13
Dívida ativa a multa por infração a legislação ambiental	250,02
Juros de mora - multas previstas legislação de ambiental - Dívida ativa	76,39
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.305,00
TOTAL	2.070.168,04

Fonte: Dados extraídos do SIGEF 2025

Nota 22 – Transferências Correntes Recebidas

Quanto à linha de transferências correntes recebidas no TCE consta valor de R\$ 157.281.734,88, sendo:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	Valor R\$
Transferências de Duodécimos Recebidas do Poder Executivo	152.969.948,70
Transferências de Dívida Ativa Recebidas da PGE	846.835,21
Transferências e delegações recebidas (anuladas com transferências concedidas)	740.405,72
Transferências recebidas independentes da execução orçamentária (anuladas com transferências concedidas)	2.710.562,08
Devolução de suprimento de fundos 2024	13.983,17
TOTAL	157.281.734,88

Nota 23 – Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional

O saldo de bruto de caixa em 31.12.2025 foi de R\$ 64.555.550,90, valor bruto antes da dedução das obrigações a pagar e dos restos a pagar processados e não processados de 2025.

CAIXA BRUTO	64.555.550,90
RESTOS A PAGAR PROC	-276.682,33
RETENÇÕES	-167.585,87
SLD ANTES DE RP NÃO PROC	64.111.282,70
RESTOS A PAGAR NÃO PROC	-10.048.047,45
DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA	54.063.235,25

Joyce Cunha de Aguiar
Coordenadora de Contabilidade
CRC 4.299/RN